

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	73
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	75
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	04/11/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/02/2012	Ordinária		0,38911
Assembléia Geral Ordinária	21/03/2012	Dividendo	15/05/2012	Ordinária		0,79256

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	9.170.223	9.295.883
1.01	Ativo Circulante	1.081.879	1.196.172
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	451.800	567.119
1.01.03	Contas a Receber	416.210	418.849
1.01.03.01	Clientes	399.346	410.903
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.864	7.946
1.01.03.02.01	Dividendos de controladas	16.864	7.946
1.01.04	Estoques	45.589	38.883
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.176	87.416
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	85.176	87.416
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.104	83.905
1.01.08.03	Outros	83.104	83.905
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	33.747	32.159
1.01.08.03.02	Outros	49.357	51.746
1.02	Ativo Não Circulante	8.088.344	8.099.711
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	488.073	484.565
1.02.01.03	Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.06	Tributos Diferidos	239.359	238.935
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	239.359	238.935
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.151	6.981
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	7.151	6.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	154.677	151.763
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	17.424	16.099
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	105.647	104.059
1.02.01.09.05	Outros	31.606	31.605
1.02.02	Investimentos	2.600.921	2.551.112
1.02.02.01	Participações Societárias	2.600.921	2.551.112
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.278.898	2.239.831
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	322.023	311.281
1.02.03	Imobilizado	4.984.816	5.048.182
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.877.408	4.966.297
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	107.408	81.885
1.02.04	Intangível	14.534	15.852
1.02.04.01	Intangíveis	14.534	15.852

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	9.170.223	9.295.883
2.01	Passivo Circulante	1.270.485	1.216.240
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.643	53.031
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61.643	53.031
2.01.02	Fornecedores	188.987	219.640
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	188.987	219.640
2.01.03	Obrigações Fiscais	160.963	389.912
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	154.242	381.998
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	126.647	357.804
2.01.03.01.02	Outros	27.595	24.194
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.978	7.443
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	5.978	7.443
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	743	471
2.01.03.03.01	ISS a pagar	743	471
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	237.540	224.904
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	43.202	41.364
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.769	23.851
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.433	17.513
2.01.04.02	Debêntures	194.338	183.540
2.01.05	Outras Obrigações	577.167	285.068
2.01.05.02	Outros	577.167	285.068
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	521.884	220.767
2.01.05.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	16.582	15.626
2.01.05.02.05	Concessões a pagar	2.953	2.643
2.01.05.02.06	Outras obrigações	35.748	46.032
2.01.06	Provisões	44.185	43.685
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.140	7.640
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.500	3.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.640	4.640
2.01.06.02	Outras Provisões	36.045	36.045
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	36.045	36.045
2.02	Passivo Não Circulante	2.639.720	2.631.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	934.395	937.535
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	621.907	629.681
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	431.247	434.988
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	190.660	194.693
2.02.01.02	Debêntures	312.488	307.854
2.02.02	Outras Obrigações	884.774	864.623
2.02.02.02	Outros	884.774	864.623
2.02.02.02.03	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	37.864	36.649
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	845.117	825.730
2.02.02.02.05	Outras obrigações	1.793	2.244
2.02.03	Tributos Diferidos	396.681	404.417
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	396.681	404.417
2.02.04	Provisões	423.870	425.087

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	132.720	124.123
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.104	17.869
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.089	7.996
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	107.527	98.258
2.02.04.02	Outras Provisões	291.150	300.964
2.02.04.02.04	Benefícios pós-emprego	291.150	300.964
2.03	Patrimônio Líquido	5.260.018	5.447.981
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.748.075	2.262.157
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	29.542	26.282
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	517.342
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	340.323	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	634.159	648.363

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	833.690	831.062
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-327.422	-311.652
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-54.303	-52.713
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-17.701	-13.954
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-69.290	-57.987
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-180.060	-181.992
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.068	-5.006
3.03	Resultado Bruto	506.268	519.410
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.527	2.654
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.285	-2.901
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.500	-35.358
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	492	10.887
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais, líquida	0	10.456
3.04.04.02	Outras receitas operacionais	492	431
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.814	0
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais, líquida	-1.814	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.634	30.026
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	47.395	30.343
3.04.06.02	Amortização de ágio / Direito de concessão	-761	-317
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	511.795	522.064
3.06	Resultado Financeiro	-40.336	-73.314
3.06.01	Receitas Financeiras	14.542	32.603
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.878	-105.917
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	471.459	448.750
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-142.080	-141.796
3.08.01	Corrente	-150.241	-143.625
3.08.02	Diferido	8.161	1.829
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	329.379	306.954
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	329.379	306.954
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,50461	0,47025
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,50461	0,47025

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui resultados abrangentes.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	141.688	204.818
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	569.481	592.108
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	471.459	448.750
6.01.01.02	Depreciação e amortização	92.722	90.938
6.01.01.03	Resultado de participação societária	-46.634	-30.026
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	4.727	32.522
6.01.01.05	Juros	44.227	57.885
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	2.872	-7.970
6.01.01.07	Outros	108	9
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-427.793	-387.290
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	11.586	2.964
6.01.02.02	Tributos a recuperar	1.012	-916
6.01.02.03	Estoque	-6.706	-5.730
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados e judiciais	81	44.819
6.01.02.05	Fornecedores	-36.770	8.650
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social pagos	-378.979	-420.386
6.01.02.07	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-10.880	-1.130
6.01.02.08	Benefícios pós-emprego	-8.771	-9.736
6.01.02.09	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	2.171	-4.203
6.01.02.10	Outros	-537	-1.622
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.260	-25.153
6.02.01	Aumento em investimentos	-53.722	-1.563
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-22.608	-21.103
6.02.03	Aplicação no intangível	-559	-2.487
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	41.629	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-221.747	-12.928
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-4.852	-12.810
6.03.02	Pagamentos de concessões a pagar	-671	-620
6.03.03	Créditos com partes relacionadas	0	505
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-216.224	-3
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-115.319	166.737
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	567.119	796.117
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	451.800	962.854

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.04.06	Dividendos	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	329.379	0	329.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	329.379	0	329.379
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.260	10.944	-14.204	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.260	-3.260	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	14.204	-14.204	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.748.075	340.323	634.159	5.260.018

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.954	0	306.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.954	0	306.954
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.219	-14.219	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	14.219	-14.219	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.827.033	321.173	693.971	5.379.638

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	921.364	918.919
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	920.872	924.531
7.01.02	Outras Receitas	492	431
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-6.043
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-193.381	-155.021
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-77.929	-72.866
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.436	-34.473
7.02.04	Outros	-78.016	-47.682
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-69.290	-57.987
7.02.04.02	Outros	-8.726	10.305
7.03	Valor Adicionado Bruto	727.983	763.898
7.04	Retenções	-92.722	-90.938
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-92.722	-90.938
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	635.261	672.960
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.176	62.629
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.634	30.026
7.06.02	Receitas Financeiras	14.542	32.603
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	696.437	735.589
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	696.437	735.589
7.08.01	Pessoal	47.940	41.528
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.336	26.177
7.08.01.02	Benefícios	9.256	8.639
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.170	1.891
7.08.01.04	Outros	5.178	4.821
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	231.247	234.048
7.08.02.01	Federais	225.517	221.595
7.08.02.02	Estaduais	5.141	11.703
7.08.02.03	Municipais	589	750
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.557	74.913
7.08.03.01	Juros	27.970	67.913
7.08.03.02	Aluguéis	2.824	3.065
7.08.03.03	Outras	5.763	3.935
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	329.379	306.954
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	329.379	306.954
7.08.05	Outros	51.314	78.146
7.08.05.01	Encargos setoriais	30.946	44.278
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	20.368	33.868

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	12.258.427	12.371.221
1.01	Ativo Circulante	1.531.979	1.612.706
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	645.077	781.808
1.01.03	Contas a Receber	595.343	542.149
1.01.03.01	Clientes	595.343	542.149
1.01.04	Estoques	49.281	42.837
1.01.06	Tributos a Recuperar	153.495	150.792
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	153.495	150.792
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	88.783	95.120
1.01.08.03	Outros	88.783	95.120
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	35.177	38.923
1.01.08.03.02	Outros	53.606	56.197
1.02	Ativo Não Circulante	10.726.448	10.758.515
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	770.326	776.815
1.02.01.03	Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.06	Tributos Diferidos	280.199	280.090
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	280.199	280.090
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	403.241	409.839
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	152.606	162.007
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	92.715	90.567
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	107.430	105.832
1.02.01.09.06	Outros	50.490	51.433
1.02.03	Imobilizado	9.860.657	9.885.151
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.175.298	9.255.048
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	685.359	630.103
1.02.04	Intangível	95.465	96.549
1.02.04.01	Intangíveis	95.465	96.549

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	12.258.427	12.371.221
2.01	Passivo Circulante	1.662.008	1.559.196
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	62.320	53.710
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	62.320	53.710
2.01.02	Fornecedores	266.972	234.336
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	266.972	234.336
2.01.03	Obrigações Fiscais	195.371	438.507
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	168.190	411.069
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	137.839	383.212
2.01.03.01.02	Outros	30.351	27.857
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.911	26.584
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	25.911	26.584
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.270	854
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.270	854
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	433.230	417.464
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	238.892	233.924
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	218.459	216.411
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.433	17.513
2.01.04.02	Debêntures	194.338	183.540
2.01.05	Outras Obrigações	658.955	370.519
2.01.05.02	Outros	658.955	370.519
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	522.143	221.025
2.01.05.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	20.333	19.390
2.01.05.02.05	Concessões a pagar	46.588	45.688
2.01.05.02.06	Outras obrigações	69.891	84.416
2.01.06	Provisões	45.160	44.660
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.115	8.615
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.500	3.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	5.615	5.615
2.01.06.02	Outras Provisões	36.045	36.045
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	36.045	36.045
2.02	Passivo Não Circulante	5.333.981	5.361.767
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.186.342	3.231.736
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.873.854	2.923.882
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.683.194	2.729.189
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	190.660	194.693
2.02.01.02	Debêntures	312.488	307.854
2.02.02	Outras Obrigações	1.295.842	1.273.777
2.02.02.02	Outros	1.295.842	1.273.777
2.02.02.02.03	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	40.775	38.959
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	1.243.815	1.220.264
2.02.02.02.05	Outras obrigações	11.252	14.554
2.02.03	Tributos Diferidos	419.178	422.699
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	419.178	422.699
2.02.04	Provisões	432.619	433.555

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	141.469	132.591
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.104	17.869
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.089	7.996
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	116.276	106.726
2.02.04.02	Outras Provisões	291.150	300.964
2.02.04.02.04	Benefícios pós-emprego	291.150	300.964
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.262.438	5.450.258
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.748.075	2.262.157
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	29.542	26.282
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	517.342
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	340.323	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	634.159	648.363
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.420	2.277

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.153.467	1.022.129
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-528.979	-414.358
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-172.436	-105.226
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-18.100	-14.182
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-84.473	-66.286
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-247.902	-223.658
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.068	-5.006
3.03	Resultado Bruto	624.488	607.771
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.215	-33.910
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.903	-4.856
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.330	-38.303
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	481	9.998
3.04.04.01	Reversão de provisão operacional, líquida	0	9.998
3.04.04.02	Outras receitas operacionais	481	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.463	-749
3.04.05.01	Constituição de provisão operacional, líquida	-2.463	0
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	0	-749
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	580.273	573.861
3.06	Resultado Financeiro	-85.765	-108.412
3.06.01	Receitas Financeiras	23.303	39.685
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.068	-148.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	494.508	465.449
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-164.986	-158.495
3.08.01	Corrente	-168.615	-162.665
3.08.02	Diferido	3.629	4.170
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	329.522	306.954
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	329.522	306.954
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	329.379	306.954
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	143	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,50483	0,47025
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,50483	0,47025

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui resultados abrangentes.

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	232.336	300.825
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	730.563	708.391
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	494.508	465.449
6.01.01.02	Depreciação e amortização	134.088	118.631
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	10.166	40.464
6.01.01.04	Juros	88.327	90.521
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	3.365	-7.863
6.01.01.06	Outros	109	1.189
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-498.227	-407.566
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-52.979	20.630
6.01.02.02	Tributos a recuperar	11.726	-4.812
6.01.02.03	Estoque	-6.444	-5.692
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados e judiciais	5.417	56.185
6.01.02.05	Fornecedores	24.271	-8.178
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social pagos	-393.627	-429.990
6.01.02.07	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-56.612	-23.223
6.01.02.08	Benefícios pós-emprego	-8.771	-9.736
6.01.02.09	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	2.759	-3.841
6.01.02.10	Adiantamento de clientes	-6.596	-3.915
6.01.02.11	Outros	-17.371	5.006
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-91.842	-96.812
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-91.000	-94.322
6.02.03	Aplicação no intangível	-842	-2.490
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-277.225	4.372
6.03.01	Financiamentos	0	54.007
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-49.219	-40.150
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-216.224	-3
6.03.04	Pagamento de concessões a pagar	-11.901	-10.262
6.03.05	Cauções e depósitos vinculados	119	780
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-136.731	208.385
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	781.808	1.082.580
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	645.077	1.290.965

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.04.06	Dividendos	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	329.379	0	329.379	143	329.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	329.379	0	329.379	143	329.522
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.260	10.944	-14.204	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.260	-3.260	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	14.204	-14.204	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.748.075	340.323	634.159	5.260.018	2.420	5.262.438

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.954	0	306.954	0	306.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.954	0	306.954	0	306.954
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.219	-14.219	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	14.219	-14.219	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.827.033	321.173	693.971	5.379.638	0	5.379.638

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.380.304	1.259.091
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.290.486	1.149.875
7.01.02	Outras Receitas	481	-749
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	89.609	116.145
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-272	-6.180
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-422.488	-313.200
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-199.399	-128.501
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.237	-42.442
7.02.04	Outros	-176.852	-142.257
7.02.04.01	Gastos na construção de Usinas	-74.939	-85.884
7.02.04.02	Reversão de provisões operacionais, líquida	-2.191	16.178
7.02.04.03	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-84.473	-66.286
7.02.04.04	Outros	-15.249	-6.265
7.03	Valor Adicionado Bruto	957.816	945.891
7.04	Retenções	-134.088	-118.631
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-134.088	-118.631
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	823.728	827.260
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.303	39.685
7.06.02	Receitas Financeiras	23.303	39.685
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	847.031	866.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	847.031	866.945
7.08.01	Pessoal	49.191	42.444
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.329	26.960
7.08.01.02	Benefícios	9.357	8.730
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.327	1.932
7.08.01.04	Outros	5.178	4.822
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	303.850	284.664
7.08.02.01	Federais	283.759	258.691
7.08.02.02	Estaduais	19.468	25.189
7.08.02.03	Municipais	623	784
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.945	129.205
7.08.03.01	Juros	64.689	94.136
7.08.03.02	Aluguéis	3.484	3.683
7.08.03.03	Outras	20.772	31.386
7.08.03.03.01	Juros financeiros capitalizados	14.243	28.798
7.08.03.03.02	Outros	6.529	2.588
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	329.522	306.954
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	329.379	306.954
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	143	0
7.08.05	Outros	75.523	103.678
7.08.05.01	Encargos setoriais	39.171	51.119
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	35.925	51.096
7.08.05.03	Encargos sobre concessões capitalizados	427	1.463

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas no 1T12 apresentou um crescimento de 12,8%, ou R\$ 131,4 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 1.022,1 milhões para R\$ 1.153,5 milhões. Os fatores que contribuíram para o aumento das vendas foram os seguintes: (i) R\$ 73,1 milhões - elevação do preço médio líquido de venda; (ii) R\$ 42,2 milhões - resultado decorrente das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e (iii) R\$ 16,1 milhões - elevação do volume de venda de energia. O aumento da receita em decorrência do início da operação comercial da Usina Hidrelétrica Estreito, já incluso nos fatores acima, foi de R\$ 59,3 milhões.

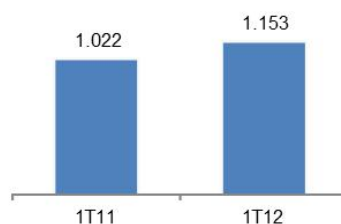
- **Preço médio líquido de venda**

O preço médio de venda de energia, excluídos os impostos, as contribuições e a exportação, foi de R\$ 129,62/MWh no 1T12, 8,0% acima do apurado no mesmo trimestre de 2011, cujo valor foi de R\$ 120,07/MWh.

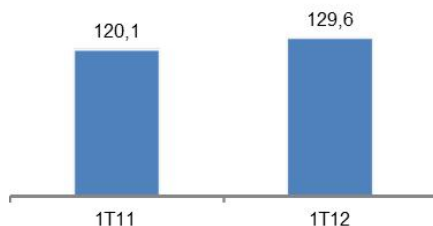
- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida no 1T12 foi de 8.421 GWh, 0,9% superior aos 8.349 GWh vendidos no mesmo período de 2011, apesar da redução de 3.865 MW médios para 3.856 MW médios, ou 0,2%. Variações opostas foram possíveis em razão de 2012 ser ano bissexto. Essa variação decorreu da associação dos seguintes principais fatores: (i) evolução de 307 GWh (118 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; (ii) redução de 116 GWh (59 MW médios) nas vendas para comercializadoras; e (iii) queda de 119 GWh (68 MW médios) da energia vendida para consumidores livres da Companhia.

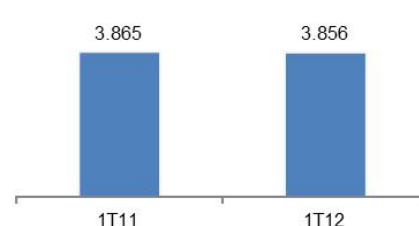
Receita Líquida de Vendas
R\$ milhões



Preço Líquido Médio de Venda*
R\$/MWh



Volume de Vendas
MW médios



* líquido de exportações e impostos sobre a venda

Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta**a) Suprimento de energia elétrica**

A receita de suprimento de energia - aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras - alcançou R\$ 814,6 milhões no 1T12 ante os R\$ 721,4 milhões registrados no mesmo trimestre de 2011, crescimento de 12,9% entre os períodos comparados. A combinação de fatores que contribuíram para esse aumento foram os seguintes: (i) R\$ 46,4 milhões - elevação de 7,4% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (ii) R\$ 17,5 milhões - ampliação de 15,9% no preço médio líquido da energia vendida para as comercializadoras; (iii) R\$ 41,8 milhões - aumento de 328 GWh (150 MW médios) na quantidade de energia vendida para distribuidoras; e (iv) R\$ 12,5 milhões - queda de 116 GWh (59 MW médios) no volume de energia vendida para comercializadoras. Já contemplado nos fatores acima, o crescimento das vendas para distribuidoras em decorrência do início da operação comercial da Usina Hidrelétrica Estreito foi de R\$ 59,3 milhões, equivalente a 426 GWh (195 MW médios).

b) Fornecimento de energia elétrica

A receita de fornecimento de energia - aquela decorrente das vendas a consumidores livres - teve redução de 1,4% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 281,0 milhões no 1T11 para R\$ 276,9 milhões no mesmo período de 2012. A variação decorreu da combinação dos seguintes eventos: (i) R\$ 13,2 milhões - queda de 119 GWh (68 MW médios) na quantidade de energia vendida; e (ii) R\$ 9,1 milhões - elevação de 3,3% do preço médio líquido de venda.

c) Transações no âmbito da CCEE

No 1T12, a receita auferida na CCEE foi de R\$ 58,3 milhões enquanto que no mesmo trimestre do ano anterior foi de R\$ 16,1 milhões, representando uma evolução de R\$ 42,2 milhões. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações na CCEE".

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em 27,7%, ou R\$ 114,6 milhões, passando de R\$ 414,4 milhões no 1T11 para R\$ 529,0 milhões no trimestre em análise. Essa ampliação decorreu, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- a) **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R\$ 67,2 milhões, equivalente a 478 GWh (214 MW médios), no 1T12 ante o mesmo trimestre de 2011, motivada pelo plano da Companhia de comprar energia de curto e médio prazos para a criação de novos produtos para fornecimento no período de três, quatro e cinco anos.

- b) Transações no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, houve elevação destes custos em R\$ 3,9 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.
- c) Combustíveis para produção de energia elétrica:** o custo com combustíveis aumentou somente R\$ 0,4 milhão entre os períodos analisados.
- d) Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** incremento de R\$ 18,2 milhões no trimestre em análise ante o 1T11, refletindo, principalmente: (i) o reajuste anual da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), por conta do processo de revisão tarifária das transmissoras; (ii) revisão das quantidades contratadas; e (iii) cobrança da TUST pelo início da operação comercial da UHE Estreito.
- e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** queda de R\$ 12,7 milhões entre os trimestres comparados, resultado, da combinação dos seguintes acontecimentos: (i) menor geração hidrelétrica em virtude da estiagem que atingiu a Região Sul do Brasil, onde está instalada parte do parque gerador da Companhia; (ii) reajuste tarifário anual; e (iii) início da cobrança dos royalties sobre a geração da Usina Hidrelétrica Estreito.
- f) Pessoal:** aumento de R\$ 6,4 milhões no 1T12 ante o mesmo trimestre de 2011, em razão, da conjunção dos seguintes fatores: (i) ampliação do quadro de pessoal, em consonância com o crescimento dos negócios da Companhia; (ii) reajuste anual da remuneração dos empregados; (iii) reversão de provisões de R\$ 3,0 milhões, no primeiro trimestre de 2011, em razão de liquidação de provisão em montantes inferiores aos inicialmente provisionados. Desconsiderando-se essa reversão, o aumento da despesa com pessoal seria de R\$ 3,4 milhões, ou seja, 9,8% ante o mesmo trimestre do ano anterior.
- g) Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R\$ 3,9 milhões entre os trimestres analisados em função, basicamente, da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia e, em menor proporção, por serviços de consultorias ambientais e de engenharia.
- h) Depreciação e amortização:** ampliação de R\$ 16,0 milhões no trimestre em análise em relação ao 1T11, em razão, especialmente, do início da operação comercial da Usina Estreito.
- i) Outros:** o aumento decorre do reconhecimento de ajuste não recorrente de tributos a pagar sobre compras de energia no montante de R\$ 10,6 milhões, relativo a tributos sobre compra de energia elétrica.

Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado “risco de submercado”; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No 1T12, a Companhia obteve um resultado líquido positivo - diferença entre receitas e despesas, deduzidas dos impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas, decorrentes das transações realizadas no âmbito da CCEE de R\$ 40,2 milhões ante o resultado líquido também positivo de R\$ 1,8 milhão apurado no 1T11, ou seja, evolução de R\$ 38,4 milhões entre os períodos comparados.

A ampliação deste resultado, entre os trimestres em análise, decorreu, em especial, da combinação dos seguintes fatores: (i) redução da alocação de energia, principalmente no mês de janeiro de 2012; (ii) menor exposição termelétrica e posição compradora na CCEE; (iii) aumento da receita derivada da energia secundária (energia que é auferida quando a geração hidrelétrica é superior à média da energia assegurada do sistema); e (iv) impacto negativo no MRE em consequência do menor volume de geração hidrelétrica.

Cabe considerar que o aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R\$ 32,83/MWh no 1T11 para R\$ 66,26/MWh no 1T12, contribuiu para a ampliação dos efeitos negativos da exposição termelétrica e da posição compradora e a para o crescimento dos ganhos com a energia secundária.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas nos trimestres comparados permaneceram estáveis no montante de R\$ 38,3 milhões. As variações mais significativas nas contas que compõem este grupo foram as seguintes: (i) acréscimo de R\$ 2,6 milhões nas despesas com pessoal decorrente, sobretudo, do reajuste anual da remuneração dos empregados e da reversão de provisões no primeiro trimestre de 2011, em função da quitação de provisões em montantes inferiores aos inicialmente provisionados; e (ii) redução de R\$ 2,2 milhões em indenizações a terceiros por acordos judiciais firmados no 1T11.

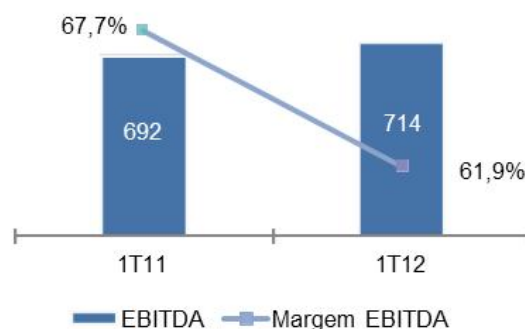
Constituições e reversões de provisões operacionais, líquidas

A rubrica apresentou uma variação negativa de R\$ 12,5 milhões entre os trimestres analisados. Essa variação decorreu da conjunção dos seguintes fatos: (i) decréscimo de R\$ 18,6 milhões na reversão de provisão para pagamento de benefício pós-emprego; e (ii) constituição, no 1T11, de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre valores a receber de comercializadora no montante de R\$ 5,9 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA no 1T12 alcançou R\$ 714,4 milhões, 3,2% acima do apurado no 1T11, que foi de R\$ 692,5 milhões. A margem EBITDA atingiu 61,9%, ante os 67,7% verificados no mesmo período do ano anterior. A queda da margem é derivada, substancialmente, do aumento das operações de compra e venda de energia, cujas margens são inferiores às praticadas em vendas da energia gerada pela Companhia em operações de médio e longo prazos.

EBITDA ⁽¹⁾ (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	1T12	1T11	Var. %
Resultado Operacional	494.508	465.449	6,2
(+/-) Resultado Financeiro	85.765	108.412	-20,9
(+) Depreciação e Amortização	134.088	118.631	13,0
EBITDA	714.361	692.492	3,2

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 1T12, essas receitas atingiram R\$ 23,3 milhões, R\$ 16,4 milhões abaixo dos R\$ 39,7 milhões obtidos no mesmo trimestre de 2011. Essa variação ocorreu em função do seguinte: (i) queda de R\$ 10,2 milhões na renda sobre as aplicações financeiras em razão, essencialmente, do menor volume de recursos aplicados e, em menor proporção, da baixa nas taxas de juros; e (ii) redução de R\$ 3,6 milhões nos encargos sobre contas a receber de energia.

Despesas financeiras: decréscimo de R\$ 39,0 milhões entre os trimestres comparados, passando de R\$ 148,1 milhões no 1T11 para R\$ 109,1 milhões no 1T12. Essa variação resultou da associação dos seguintes principais fatores: (i) queda de R\$ 18,9 milhões na variação monetária sobre concessões a pagar relacionada substancialmente à menor variação do IPCA e do IGP-M entre os trimestres comparados; (ii) decréscimo dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, no valor de R\$ 11,5 milhões, em decorrência das amortizações e de pré-pagamento de dívidas entre os períodos analisados; (iii) redução de R\$ 8,8 milhões na variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, em consequência da liquidação de debêntures que eram indexadas a índices de inflação; (iv) crescimento de R\$ 3,7 milhões nos juros sobre as concessões a pagar; e (v) variação credora de R\$ 4,6 milhões no resultado da variação cambial sobre as dívidas indexadas ao dólar norte americano e ao euro.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

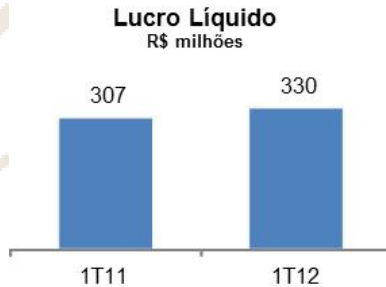
As despesas com IR e CSLL no 1T12 foram de R\$ 165,0 milhões, valor superior em R\$ 6,5 milhões ao do 1T11 que foi de R\$ 158,5 milhões. Esta variação decorre, substancialmente, da evolução do lucro líquido antes dos tributos. Essas despesas representaram 33,4% e 34,0%, respectivamente, do resultado antes dos tributos no 1T12 e 1T11.

Tractebel Energia Comentário do Desempenho GDF SUEZ

Lucro Líquido

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o lucro líquido do 1T12 alcançou R\$ 329,5 milhões, 7,4%, ou R\$ 22,5 milhões, acima dos R\$ 307,0 milhões apresentado no mesmo trimestre do ano anterior.

O crescimento do lucro líquido decorreu essencialmente da combinação dos seguintes principais fatores já comentados ao longo deste relatório: (i) elevação do preço médio líquido de venda; (ii) resultado positivo obtido com o início da operação comercial da Usina Hidrelétrica Estreito; (iii) maior volume de transações de compras de energia para revenda; (iv) aumento do resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; (v) decréscimo das despesas financeiras; e (vi) impacto negativo das substituições e reversões de provisões operacionais entre os trimestres analisados.



TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31.03.2012

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (“Companhia” ou “Tractebel Energia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC). A atividade operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sob o controle da SUEZ-Tractebel S.A. com sede na Bélgica. A SUEZ-Tractebel S.A., por sua vez é controlada pela International Power (IPR), empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Companhia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por cerca de 6% ¹ da capacidade instalada do país. Sua capacidade instalada em 31.03.2012, incluindo as participações em consórcios e após o início da operação comercial de cinco das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.744,2 MW. Desse total, 80,0% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,6% de termelétricas e 2,4% de energias complementares: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), eólicas e movidas à biomassa. A energia assegurada para comercialização das usinas da Companhia, em 31.03.2012, após a entrada em operação da UHE Estreito, é de 3.772,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto pelas seguintes fontes geradoras de energia: nove hidrelétricas, seis termelétricas ², três PCH, duas eólicas e duas movidas à biomassa.

A relação das controladas diretas e em conjunto, sejam operacionais ou em construção, está apresentada na Nota 10 - Investimentos.

As informações trimestrais da Companhia consideram somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentra 99,7% da receita líquida da Companhia nos períodos findos em 31.03.2012 e 31.03.2011. A Companhia administra tais atividades como um único segmento de negócio.

Os principais eventos relacionados com a atividade operacional da Companhia, ocorridos no primeiro trimestre de 2012, estão sumarizados a seguir:

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

² O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

a) Início da operação comercial da 5ª unidade geradora da UHE Estreito

A 5ª unidade geradora da UHE Estreito iniciou a operação comercial em 02.03.2012. Esta unidade tem potência instalada total de 135,87 MW e energia assegurada para comercialização de 64,86 MW médios, dos quais a Companhia participa com 54,44 MW e 25,99 MW médios, respectivamente, correspondentes à sua participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste). Desta forma, a UHE Estreito atingiu 679,35 MW, ou 62,5%, de sua capacidade instalada e 546,22 MW médios, ou 85,2%, de sua energia assegurada total.

A conclusão das três últimas unidades geradoras remanescentes está prevista para ocorrer ao longo dos próximos meses de 2012.

b) Implantação de projetos eólicos na Região Nordeste

A Companhia está em fase de implantação de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará com capacidade de geração para comercialização de 58,22 MW médios e investimento total previsto de R\$ 476.060. Vide informações adicionais na Nota 10 - Investimentos.

c) Aprovação da proposta de destinação dos lucros e a distribuição de dividendos

Em 21.03.2012 a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido do exercício e a proposta de distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício de 2011 no valor de R\$ 517.342, correspondentes a R\$ 0,7925669420 por ação. As ações passaram a ser negociadas ex-dividendo a partir de 16.04.2012 e os dividendos serão pagos em duas parcelas iguais, nos dias 15.05.2012 e 29.06.2012.

d) Proposta indicativa de compra de ações da International Power plc pela GDF SUEZ S.A.

A controladora indireta da Companhia, GDF SUEZ, divulgou a seus acionistas e ao mercado em geral, em 29.03.2012, uma possível oferta de compra das ações (“Proposta Indicativa”) da International Power plc (International Power) que ainda não estão em poder da GDF SUEZ, por um valor de 390 centavos de libra esterlina por ação.

No Comunicado, a GDF SUEZ afirmou que acreditava firmemente que a Proposta Indicativa oferecia condições atraentes para os acionistas da International Power. Uma fusão total da International Power e GDF SUEZ proporcionaria benefícios significativos para ambas às empresas, e permitiria que a International Power atingisse sua estratégia de crescimento mais rapidamente e com maior segurança do que sob a estrutura existente.

Adicionalmente, informou que essa fusão simplificaria a estrutura do grupo GDF SUEZ e melhoraria ainda mais a integração entre as empresas. A Proposta Indicativa recebeu o apoio dos dois maiores acionistas da GDF SUEZ.

Em 16.04.2012 a GDF SUEZ emitiu novo comunicado informando que, após uma revisão do preço para 418 centavos de libra esterlina por ação, a oferta foi aprovada por unanimidade no conselho de administração da International Power.

A transação obedecerá ao “Regime de Aquisição” (“Scheme of Arrangement”) nos termos do quadro regulatório do Reino Unido. Em caso de voto favorável dos acionistas minoritários, após o fechamento da operação, a GDF SUEZ deterá 100% das ações da International Power.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, divulgando amplamente essas informações em notas explicativas.

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2011.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2011 e das informações trimestrais de 31.03.2011, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 31.03.2012. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial mencionado na Nota 20.c – Patrimônio Líquido, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada no demonstrativo padrão da CVM para a apresentação da referida transação.

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 04.05.2012.

Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

No trimestre, o IASB procedeu a revisão da norma IFRS 1 – Empréstimos Governamentais, conforme mencionado no parágrafo a seguir. Os pronunciamentos contábeis e a interpretações técnicas, revisados ou emitidos em períodos anteriores, estão mencionadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2011 e não foram repetidas nessas informações trimestrais por não terem sofrido qualquer alteração.

IFRS 1 – Empréstimos Governamentais

Em março de 2012 o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1, a qual adiciona uma exceção à aplicação retrospectiva das normas internacionais, que requer que na adoção inicial a aplicação dos requerimentos do IFRS 9 – *Financial Instruments* e IAS 20 - *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance* seja prospectiva para os empréstimos governamentais existentes na data de transição às normas internacionais. As alterações do IFRS são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A revisão da referida interpretação não se aplica à Companhia.

3. – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e depósitos bancários à vista	1.660	960	7.661	5.274
Aplicações financeiras				
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais ³				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	244.036	563.011	321.371	735.639
Nota do Tesouro Nacional (NTN – F)	83.528	-	109.999	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	119.351	-	157.174	-
	446.915	563.011	588.544	735.639
Instituições Financeiras ⁴				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.225	3.148	15.144	18.559
Operações compromissadas com debêntures	-	-	33.728	22.336
	3.225	3.148	48.872	40.895
Total das aplicações financeiras	450.140	566.159	637.416	776.534
	451.800	567.119	645.077	781.808

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

A rentabilidade média do fundo no primeiro trimestre de 2012 foi de 101,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), 100,2% no primeiro trimestre de 2011.

³São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

⁴ Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

4. – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Concessionárias	239.595	247.788	346.165	319.930
Comercializadoras	112.950	124.038	60.481	51.395
Consumidores livres	19.807	21.836	155.296	151.841
Exportação	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE				
- Correntes	29.632	19.879	36.448	21.758
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	527.963	539.520	724.369	670.903
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(128.617)	(128.617)	(129.026)	(128.754)
	399.346	410.903	595.343	542.149

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias a partir do primeiro dia do mês subsequente ao fornecimento.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Até 30 dias	2.474	9.397	8.294	10.475
De 31 a 60 dias	757	-	4.055	-
De 61 a 90 dias	9.563	-	-	-
Mais de 91 dias	141.983	132.022	133.002	132.442
	154.777	141.419	145.351	142.917

A Companhia possui valores a receber de sua controlada Companhia Energética Estreito (CEE), nos valores de R\$ 9.563 e R\$ 9.397, vencidas de 61 a 90 dias e há mais de 90 dias, respectivamente. A previsão da Companhia é de que estas pendências sejam regularizadas ao longo do exercício de 2012.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.180
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	128.617	128.617	129.026	128.754

Em fevereiro de 2012 uma distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional entrou com pedido de recuperação judicial. Os valores a receber habilitados pela Companhia neste processo foram de R\$ 7.560. O administrador do processo foi nomeado e o plano de recuperação está sendo preparado para deliberação pela Assembleia dos credores. A expectativa da Companhia é de que os credores fornecedores de energia não sejam significativamente afetados, entretanto, está aguardando a conclusão do referido plano para avaliar eventual necessidade de constituir alguma provisão para perda na recuperação do crédito.

5. – TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Circulante				
PIS ⁵ e Cofins ⁶	67.431	68.369	133.162	129.066
ICMS ⁷	6.825	7.350	7.295	7.812
Imposto de renda	4.860	4.319	6.239	5.889
Contribuição social	1.231	1.728	1.970	2.375
INSS ⁸	4.829	5.650	4.829	5.650
	85.176	87.416	153.495	150.792
Não circulante				
PIS e Cofins	4.821	4.639	127.293	137.832
ICMS	12.603	11.460	15.551	14.413
Imposto de renda	-	-	7.304	7.304
Contribuição social	-	-	2.452	2.452
INSS	-	-	6	6
	17.424	16.099	152.606	162.007

PIS e Cofins

A Companhia possui créditos de PIS e Cofins no montante de R\$ 66.191 em 31.03.2012, na controladora e consolidado, registrados no circulante, que ainda não foram compensados em função da Companhia estar aguardando a autorização da Receita Federal do Brasil.

No consolidado, além dos créditos acima mencionados, a Companhia possui créditos de PIS e Cofins advindos de aquisições de máquinas e equipamentos e construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia, no montante de R\$ 35.407 no circulante e R\$ 87.157 no não circulante.

⁵Programa de Integração Social

⁶Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

⁷Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

⁸Instituto Nacional do Seguro Social

6. – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Circulante				
Conta reserva transações CCEE				
Fundos de investimentos	33.747	32.159	33.747	32.159
Operações compromissadas em debêntures	-	-	388	378
CDB	-	-	1.042	6.386
	33.747	32.159	35.177	38.923
Não circulante				
Conta reserva serviços da dívida				
Fundos de investimentos	-	-	88.791	86.025
CDB	-	-	3.924	4.542
	-	-	92.715	90.567

O saldo da “Conta reserva para transações na CCEE” leva em consideração a maior ou a menor exposição, da Companhia e de suas controladas, em transações no âmbito da CCEE. Esta exposição é utilizada como base para a definição do montante da reserva financeira utilizada para garantir tais transações. Já o saldo da “Conta reserva dos serviços da dívida” visa à garantia dos serviços de dívida com os bancos financiadores.

A rentabilidade média das cauções e dos depósitos vinculados no primeiro trimestre de 2012 foi de 100,6% do CDI (100,0% no primeiro trimestre de 2011).

7. – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVOS

Natureza dos créditos	Controladora (BRGAAP)				
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	149.180	37.295	-	37.295	38.205
Benefícios pós-emprego	199.439	49.859	17.950	67.809	69.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.617	32.154	11.575	43.729	43.729
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	138.545	34.636	12.469	47.105	44.012
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	78.431	19.608	7.059	26.667	26.511
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Depreciação acelerada	10.991	2.748	989	3.737	4.021
Outros	24.406	6.102	2.197	8.299	8.148
		185.871	53.488	239.359	238.935

Natureza dos créditos	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	31.03.2012				31.12.2011
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
RIC	149.180	37.295	-	37.295	38.205
Benefícios pós-emprego	199.439	49.859	17.950	67.809	69.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	129.025	32.257	11.612	43.869	43.776
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	147.087	36.773	13.238	50.011	46.822
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	78.431	19.608	7.059	26.667	26.511
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	57.744	14.436	5.197	19.633	19.807
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	48.789	12.197	4.391	16.588	16.820
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Depreciação acelerada	10.991	2.748	989	3.737	4.021
Outros	29.037	7.259	2.613	9.872	9.819
		215.901	64.298	280.199	280.090

O horizonte de realização foi estimado conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Abril a dezembro de 2012	15.411	22.204
2013	16.526	25.688
2014	14.730	24.734
2015	35.958	37.449
2016	25.830	26.926
2017 a 2018	70.272	72.220
2019 a 2020	23.400	24.332
2021 em diante	37.232	46.646
	239.359	280.199

8. – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registradas as parcelas pendentes de recebimento da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja), relativas à venda do empreendimento termelétrico Jacuí.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, dados em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados foi de R\$ 116.492.

O valor nominal, em 31.03.2012, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o IGP-DI, totaliza R\$ 118.045 (R\$ 116.172 em 31.12.2011). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, neste trimestre, a solicitar um reforço de penhora.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão na Companhia. Em relação ao complemento da penhora, está aguardando a manifestação do Juiz pelo deferimento do pedido, baseado nos novos bens oferecidos, os quais serão posteriormente avaliados.

9. – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Tributários	88.148	91.202	88.602	91.652
Cíveis	13.764	9.727	14.763	10.725
Trabalhistas	3.735	3.130	4.065	3.455
	105.647	104.059	107.430	105.832

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.03.2012, R\$ 39.527 (R\$ 40.627 em 31.12.2011) estão diretamente relacionados às provisões de risco prováveis demonstradas na Nota 17 – Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

b) Mutações

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2011	91.202	9.727	3.130	104.059	91.652	10.725	3.455	105.832
Adições	-	4.039	562	4.601	-	4.040	576	4.616
Atualizações	2.339	-	43	2.382	2.343	-	43	2.386
Baixas e resgates	(5.393)	(2)	-	(5.395)	(5.393)	(2)	(9)	(5.404)
Saldo em 31.03.2012	88.148	13.764	3.735	105.647	88.602	14.763	4.065	107.430

No primeiro trimestre de 2012 a Companhia resgatou o valor de R\$ 5.393, relativo à decisão transitada em julgado em seu favor, referente a notificação que decorria da pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados.

10. – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)	
	31.03.2012	31.12.2011
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.483.708	2.433.138
Ágio/Direito de concessão	117.213	117.974
	2.600.921	2.551.112

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Informações financeiras das controladas

	Itasa ⁹	CEE ¹⁰	CESS ¹¹	Lages ¹²	TBLC ¹³	TBLP ¹⁴
Participação (%)	48,75%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
31.03.2011						
Receita líquida	58.371	-	49.361	8.975	369.879	24.261
Lucro líquido (Prejuízo)	13.432	(965)	(2.191)	159	29.376	(2.584)
31.12.2011						
Ativo total	801.335	2.554.938	1.363.537	66.754	350.800	959.951
Patrimônio líquido	638.523	915.408	360.775	59.198	168.254	618.221
31.03.2012						
Ativo total	809.450	2.588.605	1.363.125	65.409	331.470	988.371
Patrimônio líquido	660.559	939.129	366.257	59.806	141.976	654.516
Receita líquida	63.415	81.169	54.450	9.869	433.416	26.539
Lucro líquido	22.035	12.268	5.482	608	13.722	4.573

b.2) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	Outras	Total
Saldo em 31.12.2011	311.281	915.408	360.775	59.198	168.254	618.221	1	2.433.138
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	22.000	-	-	-	31.722	-	53.722
Equivalência patrimonial	10.742	12.268	5.482	608	13.722	4.573	-	47.395
Dividendos	-	(10.547)	-	-	(40.000)	-	-	(50.547)
Saldo em 31.03.2012	322.023	939.129	366.257	59.806	141.976	654.516	1	2.483.708

⁹ Itá Energética S.A.

¹⁰ Companhia Energética Estreito

¹¹ Companhia Energética São Salvador

¹² Lages Bioenergética Ltda.

¹³ Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

¹⁴ Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

Projetos de geração de energia eólica em implantação

A Companhia está em processo de construção de quatro parques de geração de energia eólica, localizados no Estado do Ceará, com capacidade de geração para comercialização de 58,22 MW médios e investimentos previstos de R\$ 476.060. As empresas contratadas, responsáveis pelo fornecimento dos equipamentos, pela montagem das torres e aerogeradores e pela construção da linha de transmissão (em consórcio), estão trabalhando na execução de cada item contratado.

A Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN), controlada indireta da Companhia, está em fase de negociação de uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento dos projetos.

A energia a ser gerada pelas usinas estão sendo vendidas no Ambiente de Comercialização Livre (ACL). A expectativa da Companhia é de concluir a construção do empreendimento no primeiro trimestre de 2013.

Transferência do Projeto Eólico Porto do Delta para a controlada TBLP.

Em razão das pendências para a obtenção das licenças necessárias à instalação do referido projeto, pertencente à controlada indireta Eólica Porto das Barcas S.A., e, visando dar agilidade a liberação da linha de crédito para a construção dos empreendimentos anteriormente mencionados, a Tractebel Energia, em conjunto com suas controladas direta TBLP e indireta EEN, decidiu, em fevereiro de 2012, transferir esse investimento para a TBLP. Sendo assim, por enquanto, a EEN ficará responsável apenas pelos empreendimentos em construção no Estado do Ceará.

Essa transferência já foi consumada e o respectivo projeto continuará aguardando a liberação das licenças necessárias para que se possa iniciar a sua construção. Diante disso, a Companhia também decidiu reincidir os contratos de fornecimento de equipamentos e obras civis para o empreendimento.

c) Ágio/direito de concessão – Controladora

Controladas	CEE	CESS	Total
Saldo em 31.12.2011	85.872	32.102	117.974
Amortização	(445)	(316)	(761)
Saldo em 31.03.2012	85.427	31.786	117.213

11. –IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)				
	Taxa média de depreciação %	31.03.2012			31.12.2011
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7	4.403.730	(2.152.397)	2.251.333	2.283.077
Edificações e benfeitorias	3,2	1.278.861	(707.931)	570.930	580.294
Máquinas e equipamentos	4,1	5.495.209	(3.431.711)	2.063.498	2.111.418
Veículos	14,2	1.738	(1.206)	532	496
Móveis e utensílios	6,2	8.717	(4.114)	4.603	4.547
		11.188.255	(6.297.359)	4.890.896	4.979.832
Obrigações especiais		(13.488)	-	(13.488)	(13.535)
		11.174.767	(6.297.359)	4.877.408	4.966.297
Em curso					
Edificações e benfeitorias		13.720	-	13.720	12.625
Máquinas e equipamentos		87.656	-	87.656	63.210
Aquisições a ratear		6.032	-	6.032	6.050
		107.408	-	107.408	81.885
		11.282.175	(6.297.359)	4.984.816	5.048.182
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	Taxa média de depreciação %	31.03.2012			31.12.2011
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,9	6.805.745	(2.306.967)	4.498.778	4.550.425
Edificações e benfeitorias	3,4	1.746.474	(768.004)	978.470	991.768
Máquinas e equipamentos	4,1	7.378.094	(3.672.685)	3.705.409	3.720.407
Veículos	14,2	2.061	(1.504)	557	524
Móveis e utensílios	6,2	10.162	(4.465)	5.697	5.584
		15.942.536	(6.753.625)	9.188.911	9.268.708
Obrigações especiais		(13.613)	-	(13.613)	(13.660)
		15.928.923	(6.753.625)	9.175.298	9.255.048
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		12.937	-	12.937	10.892
Edificações e benfeitorias		21.866	-	21.866	12.836
Máquinas e equipamentos		199.469	-	199.469	182.187
Adiantamento a fornecedores		109.041	-	109.041	106.980
Aquisições a ratear		342.046	-	342.046	317.208
		685.359	-	685.359	630.103
		16.614.282	(6.753.625)	9.860.657	9.885.151

b) Muta o do ativo imobilizado

Controladora (BRGAAP)							
	Reservat3rios, barragens e adutoras	Edifica�es e benfeitorias	M3quinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obriga�es especiais	Total
Saldo em 31.12.2011	2.283.077	580.294	2.111.418	5.043	81.885	(13.535)	5.048.182
Ingressos	-	-	-	-	27.540	47	27.587
Transfer3ncias	(2.512)	121	3.910	498	(2.017)	-	-
Baixas	-	-	(100)	(8)	-	-	(108)
Deprecia�o	(29.232)	(9.485)	(51.730)	(398)	-	-	(90.845)
Saldo em 31.03.2012	2.251.333	570.930	2.063.498	5.135	107.408	(13.488)	4.984.816

Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	Reservat3rios, barragens e adutoras	Edifica�es e benfeitorias	M3quinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obriga�es especiais	Total
Saldo em 31.12.2011	4.550.425	991.768	3.720.407	6.108	630.103	(13.660)	9.885.151
Ingressos	-	-	-	-	107.750	47	107.797
Transfer3ncias	(3.468)	612	54.773	577	(52.494)	-	-
Baixas	-	-	(125)	(8)	-	-	(133)
Deprecia�o	(48.179)	(13.910)	(69.646)	(423)	-	-	(132.158)
Saldo em 31.03.2012	4.498.778	978.470	3.705.409	6.254	685.359	(13.613)	9.860.657

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento  s orienta es previstas no CPC 27 - Ativo imobilizado e no ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28, em 01.01.2009, a Companhia adotou o valor justo como custo atribu do do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor cont bil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Os saldos do imobilizado em 31.03.2012 e 31.12.2011 contemplam o ajuste a valor justo, l quido de deprecia o, de R\$ 960.804 e R\$ 982.326, respectivamente. A deprecia o sobre os ajustes ao valor justo nos per odos findos em 31.03.2012 e 31.03.2011 foi de R\$ 21.522 e R\$ 21.544, respectivamente.

d) Registro da concess o onerosa contratada ou adquirida em uma combina o de neg3cios

A Companhia, para fins de elabora o das informa es consolidadas, considerou como refer3ncia para o registro das concess es onerosas e autoriza es concedidas pela Uni o para o uso do bem p blico para a gera o hidrel3trica, contratadas ou adquiridas em uma combina o de neg3cios, o Guia de Aplica o do IFRS 3 – Combina o de neg3cios, que permite o reconhecimento do valor justo da concess o e do ativo imobilizado como  nico ativo nas demonstra es cont beis, quando esses ativos n o puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concess o onerosa e as autoriza es contratadas ou adquiridas em uma combina o de neg3cios como um  nico ativo no grupo do ativo imobilizado, distribu do pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisi o.

e) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma a Companhia, a partir de 01.01.2007 passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais estão limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação da concessão. Cabe mencionar que os bens do imobilizado adquiridos até 01.01.2007 foram sujeitos à adoção do custo atribuído com base na avaliação dos seus valores justos em 01.01.2009, data de transição para as normas IFRS e os novos CPC.

f) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e à concessão a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em andamento durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no primeiro trimestre de 2012 e 2011 foram de R\$ 14.670 e R\$ 30.261, respectivamente.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

12. – INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	26.177	(15.594)	10.583	25.618	(14.794)	10.824
Ágio incorporado da CEM ¹⁵	44.578	(40.627)	3.951	44.578	(39.550)	5.028
	70.755	(56.221)	14.534	70.196	(54.344)	15.852
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	30.834	(16.549)	14.285	29.988	(15.696)	14.292
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Direitos do Projeto Trairí	12.668	-	12.668	12.668	-	12.668
Ágio incorporado da CEM	44.578	(40.627)	3.951	44.578	(39.550)	5.028
	152.641	(57.176)	95.465	151.795	(55.246)	96.549

¹⁵Companhia Energética Meridional, subsidiária integral incorporada pela Companhia em 2008.

Tractebel Energia

Notas Explicativas

b) Mutações

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Saldo em 31.12.2011	15.852	96.549
Ingresso	559	846
Amortização	(1.877)	(1.930)
Saldo em 31.03.2012	14.534	95.465

13. – FORNECEDORES

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Encargos de uso da rede elétrica	98.217	93.500	104.795	98.979
Energia elétrica comprada	55.928	98.408	105.301	87.970
Transações no âmbito da CCEE	372	371	541	689
Materiais e serviços	26.661	24.424	35.035	32.494
Combustíveis fósseis e biomassa	930	1.037	937	873
Fornecedores de imobilizado	6.879	1.900	20.363	13.331
	188.987	219.640	266.972	234.336

14. – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	14.964	1.247	16.211	14.965	4.988	19.953
Encargos	7.805	-	7.805	8.886	-	8.886
	22.769	431.247	454.016	23.851	434.988	458.839
Moeda estrangeira						
STN ¹⁶	12.068	93.964	106.032	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	96.696	96.696	-	97.088	97.088
Encargos	8.365	-	8.365	5.139	-	5.139
	20.433	190.660	211.093	17.513	194.693	212.206
	43.202	621.907	665.109	41.364	629.681	671.045

¹⁶ Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	111.806	1.295.024	1.406.830	106.829	1.319.263	1.426.092
Bancos (Repasse BNDES)	82.899	939.993	1.022.892	82.910	960.757	1.043.667
Banco do Brasil	3.966	18.177	22.143	3.966	19.169	23.135
BRDE	2.848	-	2.848	4.556	-	4.556
Encargos	16.940	-	16.940	18.150	-	18.150
	218.459	2.683.194	2.901.653	216.411	2.729.189	2.945.600
Moeda estrangeira						
STN	12.068	93.964	106.032	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	96.696	96.696	-	97.088	97.088
Encargos	8.365	-	8.365	5.139	-	5.139
	20.433	190.660	211.093	17.513	194.693	212.206
	238.892	2.873.854	3.112.746	233.924	2.923.882	3.157.806

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	41.364	629.681	671.045	233.924	2.923.882	3.157.806
Transferências	3.872	(3.872)	-	51.521	(51.521)	-
Juros gerados	13.942	(1.101)	12.841	59.522	18.537	78.059
Juros capitalizados	-	-	-	-	(14.243)	(14.243)
Variações cambiais	(244)	(2.801)	(3.045)	(244)	(2.801)	(3.045)
Amortização de principal	(4.852)	-	(4.852)	(49.219)	-	(49.219)
Amortização de juros	(10.880)	-	(10.880)	(56.612)	-	(56.612)
Saldo em 31.03.2012	43.202	621.907	665.109	238.892	2.873.854	3.112.746

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
	Abril a dezembro de 2013	144.580	7.781	152.361	280.731	7.781
2014	286.667	3.825	290.492	450.073	3.825	453.898
2015	-	96.748	96.748	164.758	96.748	261.506
2016	-	-	-	165.694	-	165.694
2017	-	-	-	166.071	-	166.071
2018 a 2022	-	-	-	801.385	-	801.385
2023 a 2027	-	82.306	82.306	502.590	82.306	584.896
2028 a 2029	-	-	-	151.892	-	151.892
	431.247	190.660	621.907	2.683.194	190.660	2.873.854

d) Condições Contratadas

	Juros	Condições de pagamento		Saldo
		Vencimento	Principal e juros	
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014 Juros: trimestrais	437.735
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	04.2013	Mensais	16.281
Controladas				
BNDES	TJLP + (1,89% a 4,0% a.a.) ^(a)	09.2013 a 06.2029	Mensais	1.346.280
Bancos (Repassse BNDES) ^(c)	TJLP + (2,95% a 3,85% a.a.) ^(a)	09.2013	Mensais	1.026.826
BNDES - Subcrédito B ^(b)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	33.027
BNDES - Crédito Social ^(d)	TJLP	06.2018	Mensais, após 07.2012 ^(e)	16.344
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. ^(a)	08.2012	Mensais	2.858
Banco do Brasil	8,08% a.a. ^(f)	10.2017	Mensais	22.302
Moeda estrangeira				
Controladora				
STN	Libor + 1,075% a.a.	04.2024	Semestral	109.796
BNP Paribas	Euribor + 2,75% a.a.	11.2015	Anual	101.297

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

^(b) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva. O saldo em 31.03.2012 é de R\$ 33.027.

^(c) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(d) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito. O saldo em 31.03.2012 é de R\$ 16.344.

^(e) Os juros são pagos trimestralmente no período compreendido entre 11.2010 e 06.2012.

^(f) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao comentado a seguir.

A controlada indireta Hidropower, em decorrência de aspectos estruturais, não está cumprindo a totalidade dos índices financeiros previstos no seu contrato de financiamento. A Companhia obteve do banco financiador uma dispensa de cumprimento (*waiver*) da referida cláusula contratual, até a liquidação do financiamento. A dívida em 31.03.2012 é de R\$ 22.302 (R\$ 23.290 em 31.12.2011).

15. – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
circulante		Total	circulante		Total	
2ª Emissão – série única	151.203	303.962	455.165	149.046	299.328	448.374
Cana Brava – série única	15.880	8.526	24.406	15.880	8.526	24.406
Juros	27.255	-	27.255	18.614	-	18.614
	194.338	312.488	506.826	183.540	307.854	491.394

b) Mutações das debêntures

	Controladora e consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não	
		circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	183.540	307.854	491.394
Juros gerados	8.669	43	8.712
Variações monetárias	2.129	4.591	6.720
Saldo em 31.03.2012	194.338	312.488	506.826

c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		
			Juros/variação monetária	Principal	Garantia
Controladora					
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA ¹⁷ + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia
Cana Brava – série única	7.773	TJLP + 4% a.a. ¹⁸	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Recebíveis da venda de energia

d) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

Os vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante são os seguintes: R\$ 160.226 em abril, maio e outubro de 2013 e R\$ 152.262 em maio de 2014.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

¹⁷ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

¹⁸ O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

16. – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Usina Hidrelétrica Cana Brava	443.739	432.721	443.739	432.721
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	404.331	395.652	404.331	395.652
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	405.863	401.132
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	36.470	36.447
	848.070	828.373	1.290.403	1.265.952
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	2.953	2.643	46.588	45.688
Passivo não circulante	845.117	825.730	1.243.815	1.220.264
	848.070	828.373	1.290.403	1.265.952

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores correspondentes às concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Informações adicionais sobre o registro no ativo estão apresentadas na Nota 11 - Imobilizado.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar das usinas Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10% a.a. e da Ponte de Pedra foi de 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	2.643	825.730	828.373	45.688	1.220.264	1.265.952
Transferências	981	(981)	-	12.801	(12.801)	-
Juros gerados	-	18.275	18.275	-	29.273	29.273
Juros capitalizados	-	-	-	-	(427)	(427)
Variações monetárias	-	2.093	2.093	-	7.506	7.506
Amortizações	(671)	-	(671)	(11.901)	-	(11.901)
Saldo em 31.03.2012	2.953	845.117	848.070	46.588	1.243.815	1.290.403

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Abril a dezembro de 2013	1.809	32.364
2014	2.226	39.713
2015	2.031	36.110
2016	1.853	32.826
2017	1.690	29.848
2018 a 2022	121.786	228.510
2023 a 2027	393.985	460.232
2028 a 2032	276.862	317.980
2033 a 2037	42.875	66.232
	845.117	1.243.815

17. – PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Riscos prováveis:				
Riscos tributários				
INSS	15.685	15.451	15.685	15.451
Outros	2.419	2.418	2.419	2.418
	18.104	17.869	18.104	17.869
Riscos cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	53.710	49.603	53.710	49.603
Contratos com fornecedores	24.314	23.815	30.156	29.619
Benefícios de aposentadoria	10.051	9.787	10.051	9.787
Ambientais	7.261	7.069	7.261	7.069
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.509	4.407	4.509	4.407
Ações diversas	12.322	8.217	16.204	11.856
	112.167	102.898	121.891	112.341
Riscos trabalhistas	10.589	10.996	10.589	10.996
Total	140.860	131.763	150.584	141.206
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	8.140	7.640	9.115	8.615
Passivo não circulante	132.720	124.123	141.469	132.591
	140.860	131.763	150.584	141.206

As atualizações mais recentes das provisões avaliadas como prováveis são as seguintes:

a.1) Riscos tributários

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A notificação decorre de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados. O processo encontra-se de posse do Ministro Relator para o julgamento do recurso interposto pela União Federal.

a.2) Riscos cíveis

Tarifa de uso do sistema de transmissão

A ação visa ajustar a TUST paga pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. No trimestre não houve qualquer alteração no andamento da ação.

Contratos com fornecedores

- **Companhia de Interconexão Energética (Cien):** - refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerer o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual. Em março de 2011 foi decidido que o processo deveria voltar para a Justiça Comum, porém, a Companhia interpôs recurso especial contra esta decisão, que foi admitido, devendo o processo ser remetido para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando a sua distribuição.

- **Fornecedor de energia:** essa ação pleiteia a cobrança de valores apurados no âmbito do MAE (atualmente CCEE), durante o período de racionamento de energia, compreendido entre setembro de 2000 e dezembro de 2002. Após a contratação, em 2011, por parte da controlada Itasa, de uma carta fiança para a garantia do valor total da causa, foi ajuizada Medida Cautelar perante o STJ visando atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto na ação. Esta medida foi recentemente julgada e indeferida. Sendo assim, aguarda-se, para qualquer momento, decisão em 1º Grau intimando a Itasa depositar o valor do débito, ou a expedição de ofício ao banco depositário da carta fiança. Cabe considerar que a Itasa possui outro processo com solicitação de crédito de natureza semelhante com o mesmo reclamante e, pleiteou a compensação dos valores com o seu débito, porém tal pleito foi indeferido.

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora (BRGAAP)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	111.807	898.859	1.010.666	461.053	530.830	991.883
Cíveis	8.392	380	8.772	9.631	371	10.002
Trabalhistas	9.609	16.415	26.024	10.940	15.407	26.347
	129.808	915.654	1.045.462	481.624	546.608	1.028.232

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	150.306	898.859	1.049.165	499.551	530.830	1.030.381
Cíveis	10.998	1.360	12.358	12.237	1.351	13.588
Trabalhistas	9.609	16.415	26.024	10.940	15.407	26.347
	170.913	916.634	1.087.547	522.728	547.588	1.070.316

b.1) Riscos tributários possíveis

Os principais riscos de natureza tributária avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

A Companhia fez compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Dessa forma, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se cogita que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante da notificação atualizado em 31.03.2012 é de R\$ 53.613 (R\$ 52.809 em 31.12.2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Existem dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em um deles houve redução do valor e da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução e, em outro processo, ainda não houve julgamento.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a Administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.03.2012 é de R\$ 13.388 (R\$ 13.628 em 31.12.2011), na controladora e de R\$ 54.906 (R\$ 51.694 em 31.12.2011), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o valor efetivamente devido seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor acima informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008 a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis (SC), relativamente à parte do auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN).

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, e foram utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no 1ª Conselho da 7ª Câmara com Recurso de Ofício ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por parte da Receita Federal do Brasil, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.03.2012 é de R\$ 28.871 (R\$ 28.524 em 31.12.2011).

b.2) Riscos tributários avaliados como remotos

Os principais riscos de natureza tributária avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010 a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985 o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterou a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passou a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizada com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE, que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizada com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram procedente a impugnação. Esta decisão só será definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em razão desta decisão a Companhia passou a avaliar o risco de perda da ação como remoto.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 31.03.2012 é de R\$ 357.832 (R\$ 350.919 em 31.12.2011).

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 658/2006

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 (IN 468/2004) invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo “preço predeterminado”, previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

Posteriormente, a Lei nº 11.196/2005, em seu artigo 109, autorizou a manutenção da condição de preço predeterminado para os contratos com cláusulas de reajuste de preço que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados.

Em face do advento da referida lei, em julho de 2006 foi publicada a Instrução Normativa SRF nº 658/2006 (IN 658/2006), que substituiu e expressamente revogou a IN 468/2004, incorporando a ideia de que a existência de cláusula de reajuste de preço com base em índices que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados não altera a predeterminação do preço dos contratos.

Em outubro de 2006 foi emitido acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, assegurando à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto pelo artigo 10, XI, b da Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004.

Diante das alterações trazidas pela Lei nº 11.196/2005 e pela IN 658/2006, e tendo em vista que elas não foram consideradas pelo acórdão do TRF da 4ª Região, a Companhia apresentou embargo de declaração, com o objetivo de que o Tribunal considerasse essa nova legislação como norma superveniente, mas, sob o argumento de que não seria possível aplicar ao processo a nova legislação, já que ela não era vigente na época da propositura do mandado de segurança, o Tribunal não acatou o embargo.

Exclusivamente em razão dessa decisão, a Companhia apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face do acórdão, pleiteando sua reforma no tocante ao reconhecimento da ilegalidade da IN 468/2004 pelo TRF da 4ª Região. O recurso especial da União Federal não foi admitido, motivo pelo qual, em abril de 2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF.

Assim, pende de decisão no STJ apenas o recurso especial interposto pela Companhia que tem o único propósito de afastar a norma superveniente contida na IN 658/2006, não havendo, de parte dos tribunais, discussões sobre a ilegalidade da IN 468/2004.

Em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados sob a vigência da IN 468/04, isto é, os depósitos efetuados até o mês de julho de 2006, no valor de R\$ 108.578.

Inconformada com a expedição do referido alvará, a Fazenda Nacional interpôs Agravo Regimental ¹⁹, o qual teve seu provimento negado pelo STJ.

Apesar de todos os fatos citados, a Receita Federal do Brasil continua insistindo que o trânsito em julgado formal do mandado de segurança ainda não ocorreu e, em consequência, indeferiu o pedido de habilitação do crédito decorrente dos valores recolhidos indevidamente no período de novembro de 2004 a maio de 2005, razão pela qual, a Companhia requereu, nos Autos do Mandado de Segurança, o deferimento da habilitação do referido crédito cujo montante atualizado, em 31.03.2012, é de R\$ 67.128 (R\$ 66.009 em 31.12.2011).

O levantamento dos depósitos efetuados sob a égide da IN 658/2006, no valor de R\$ 42.176 em 31.03.2012 (R\$ 41.496 em 31.12.2011), depende do julgamento do recurso especial no STJ. O montante referente ao período de vigência da referida IN 658/2006 (a partir de agosto de 2006), cujo risco é considerado remoto, é de R\$ 367.247 em 31.03.2012 (R\$ 360.303 em 31.12.2011).

Em janeiro de 2012, o Juiz da 1ª Vara da Seção Judiciária de Florianópolis indeferiu o pedido de habilitação do crédito dos valores recolhidos indevidamente sob a égide da IN 468/2004, levando a Companhia a ingressar com recurso de agravo de instrumento perante o TRF da 4ª Região, a exemplo do que ocorrera com os depósitos judiciais já liberados.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

¹⁹ Agravo Regimental é aquele interposto para impugnar decisões tomadas individualmente pelo relator de outro recurso.

Na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da “Subvenção da CCC”, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a “Subvenção CCC” tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria “faturamento” que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da “Subvenção CCC” e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como “custo de operação” em contrapartida com uma receita de “Subvenção”.

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser “custo de operação” em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis, na 4ª Turma. O montante atualizado em 31.03.2012 é de R\$ 166.440 (R\$ 163.273 em 31.12.2011).

18. – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas estabelecidas no Brasil que fazem parte do grupo International Power GDF SUEZ. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões.

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição dos benefícios pós-emprego da Companhia é a apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	19.034	108.574	127.608	18.646	111.870	130.516
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	1.480	1.152	2.632	3.575	1.642	5.217
Déficit não contratado e GC	15.531	17.782	33.313	13.824	21.823	35.647
Avaliação atuarial	36.045	127.508	163.553	36.045	135.335	171.380
Ganhos atuariais diferidos	-	163.642	163.642	-	165.629	165.629
Passivo atuarial registrado	36.045	291.150	327.195	36.045	300.964	337.009

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Abril a dezembro de 2013	12.997	1.815	14.812
2014	18.061	1.847	19.908
2015	3.348	1.741	5.089
2016	3.549	1.845	5.394
2017	3.761	1.956	5.717
2018 a 2023	27.813	11.611	39.424
2024 a 2027	12.350	160	12.510
2028 a 2029	5.720	-	5.720
	87.599	20.975	108.574

A movimentação dos benefícios pós-emprego por plano está resumida a seguir:

	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2011	312.898	22.617	1.494	337.009
Efeitos no resultado de 2012:				
Custo do serviço corrente	(1.359)	-	877	(482)
Custo dos juros	31.837	848	47	32.732
Rendimento esperado dos ativos	(29.164)	(990)	-	(30.154)
Amortização dos ganhos atuariais	(1.128)	(870)	11	(1.987)
Ganho líquido	186	(1.012)	935	109
Contribuições	(3.248)	-	-	(3.248)
Benefícios pagos	-	-	(37)	(37)
Pagamentos de obrigações contratadas	(6.553)	(85)	-	(6.638)
Passivo registrado em 31.03.2012	303.283	21.520	2.392	327.195

A despesa líquida a ser reconhecida ainda no resultado de abril a dezembro de 2012, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	(36)	-	(45)	(81)
Custo dos juros	(95.508)	(2.538)	(144)	(98.190)
Rendimento esperado dos ativos do plano	87.489	2.970	-	90.459
Amortização de ganhos atuariais	3.384	2.610	(36)	5.958
Despesa líquida	(4.671)	3.042	(225)	(1.854)

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no primeiro trimestre de 2012 foram de R\$ 606 (R\$ 551 no primeiro trimestre de 2011).

19. – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

	Controladora (BRGAAP)				31.12.2011
	31.03.2012			Total	
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Valor justo do ativo imobilizado	1.009.637	252.409	90.868	343.277	350.826
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	49.614	12.404	4.465	16.869	17.056
	1.166.707	291.677	105.004	396.681	404.417

Natureza dos créditos	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	31.03.2012				31.12.2011
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Valor justo do ativo imobilizado	1.009.637	252.409	90.868	343.277	350.826
Venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	49.614	12.404	4.465	16.869	17.056
Depreciação acelerada incentivada	66.169	16.542	5.955	22.497	18.282
	1.232.876	308.219	110.959	419.178	422.699

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados sobre as seguintes transações:

- Valor justo do ativo imobilizado - corresponde à diferença entre o valor de livros e o valor justo reconhecido quando da 1ª adoção dos pronunciamentos técnicos IAS 16 e CPC 27.
- Venda de energia - decorre das transações realizadas no âmbito do MAE (atualmente CCEE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. O valor da receita reconhecida nesse período está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, motivo pelo qual os valores devidos não foram pagos pelos agentes devedores.
- Valor justo de concessão a pagar - corresponde à diferença entre o valor de livros e o valor justo de concessões a pagar originado de uma combinação de negócios decorrente da aquisição de empresa.
- Depreciação acelerada incentivada - decorre da utilização do benefício fiscal da aceleração da depreciação de determinados gastos na construção e aquisição de ativos imobilizados, conforme previsto na legislação fiscal.

A realização do passivo fiscal diferido foi estimada conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Abril a dezembro de 2012	23.229	23.229
2013	30.972	30.972
2014	22.833	22.833
2015	21.128	21.128
2016	20.103	20.103
2017 a 2021	143.107	145.529
2022 em diante	135.309	155.384
	396.681	419.178

20. – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.03.2012 e 31.12.2011, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.03.2012, é de R\$ 8,06 (R\$ 8,35 por ação em 31.12.2011).

O quadro societário da Companhia em 31.03.2012 e 31.12.2011 está assim constituído:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.03.2012 a quantidade de ações da Companhia em circulação eram 204.229.568. Na mesma data os administradores da Companhia possuíam 157.940 ações.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC (01.01.2009).

d) Dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos, existentes em 31.12.2011, foram submetidos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 21.03.2012, os quais, após aprovados, foram transferidos para o passivo circulante, conforme estabelecido nas normas contábeis.

e) Transação com acionista não controlador

A participação de 5% do acionista não controlador da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. está apresentada nessa rubrica.

f) Pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício social de 2011

A Companhia realizou em 10.02.2012 o início do pagamento dos créditos de juros sobre o capital próprio relativo ao exercício social findo em 31.12.2011, no valor de R\$ 253.990, correspondentes a R\$ 0,3891122760 por ação.

21. – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.03.2012		31.03.2011		31.03.2012		31.03.2011	
	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados
Pessoal	32.768	4.382	27.909	3.073	33.468	4.382	28.397	3.073
Material	5.389	193	3.701	196	5.989	193	4.278	196
Serviço de terceiro	20.626	1.137	20.291	1.467	27.819	1.137	25.318	1.467
Combustível para geração	2.918	-	2.443	-	5.286	-	4.941	-
Royalties ²⁰	19.883	-	32.894	-	25.473	-	38.208	-
Depreciação e amortização	89.922	-	88.924	-	131.281	-	115.335	-
Seguros	1.714	74	1.860	110	2.232	74	2.199	110
Taxa de fiscalização	2.792	-	2.574	-	3.381	-	2.977	-
Contribuições e doações	144	-	211	-	196	-	265	-
Aluguéis	1.750	271	1.558	138	2.230	271	2.022	138
Outros	2.154	11	(373)	22	10.547	11	(282)	22
	180.060	6.068	181.992	5.006	247.902	6.068	223.658	5.006

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.03.2012		31.03.2011		31.03.2012		31.03.2011	
	Com vendas	Gerais e adminis- trativas	Com vendas	Gerais e adminis- trativas	Com vendas	Gerais e adminis- trativas	Com vendas	Gerais e adminis- trativas
Pessoal	2.182	12.240	2.193	9.909	2.182	12.870	2.193	10.314
Administradores	-	3.943	-	3.685	-	4.122	-	3.884
Material	6	418	62	546	6	421	62	568
Serviço de terceiro	462	9.205	601	7.609	790	9.882	2.286	8.266
Depreciação e amortização	-	2.800	-	2.014	-	2.807	-	3.296
Seguros	-	74	-	90	-	74	-	90
Contribuições e doações	-	1.001	-	1.485	-	1.001	-	1.487
Contribuições setoriais	-	922	-	1.075	278	1.024	249	1.172
Aluguéis	54	749	45	1.324	66	917	66	1.456
Contribuição PREVIG	-	1.544	-	1.490	-	1.544	-	1.490
Outros	581	3.604	-	6.131	581	3.668	-	6.280
	3.285	36.500	2.901	35.358	3.903	38.330	4.856	38.303

²⁰ Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

22. – REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Benefícios pós-emprego	4.089	22.719	4.089	22.719
Riscos tributários	-	(770)	-	(770)
Riscos cíveis	(6.517)	(5.293)	(6.737)	(5.551)
Riscos trabalhistas	614	(157)	614	(157)
Devedores duvidosos	-	(6.043)	(272)	(6.180)
Outras	-	-	(157)	(63)
	(1.814)	10.456	(2.463)	9.998

A reversão apresentada na rubrica “Benefícios pós-emprego”, no primeiro trimestre de 2011 corresponde, substancialmente, ao reconhecimento da amortização dos ganhos atuariais diferidos que se encontravam acima do limite permitido de 10% (“corredor”), conforme estabelecido nas regras contábeis.

23. – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	10.351	22.057	18.202	28.413
Juros sobre valores a receber	1.679	5.436	2.454	6.045
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.382	2.238	2.386	2.238
Variação monetária sobre outros valores a receber	130	2.872	261	2.989
	14.542	32.603	23.303	39.685
Despesas financeiras				
Juros sobre dívidas	21.553	46.159	58.285	69.828
Juros sobre concessões a pagar	18.275	15.581	28.419	24.689
Juros sobre passivo atuarial líquido	2.578	4.542	2.578	4.542
Variação monetária sobre dívidas	6.720	14.860	6.720	15.478
Variação monetária sobre concessões a pagar	2.093	18.286	7.506	26.406
Variação monetária outras	1.341	165	1.371	171
Variação cambial sobre dívidas	(3.045)	1.614	(3.045)	1.614
Outras despesas financeiras	5.363	4.710	7.234	5.369
	54.878	105.917	109.068	148.097
Despesas financeiras, líquidas	40.336	73.314	85.765	108.412

24. – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora (BRGAAP)			
	31.03.2012		31.03.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	471.459	471.459	448.750	448.750
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio/direito de concessão	761	761	317	317
Gratificação e 13º de dirigentes	1.047	-	1.121	-
Doações indedutíveis	-	-	752	752
Equivalência patrimonial	(47.395)	(47.395)	(30.343)	(30.343)
Outras diferenças permanentes	(299)	(297)	2.368	1.409
Base de cálculo	425.573	424.528	422.965	420.885
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(106.393)	(38.208)	(105.741)	(37.880)
Incentivos fiscais	3.260	-	606	-
Outros	(739)	-	1.062	157
Total no resultado	(103.872)	(38.208)	(104.073)	(37.723)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(109.632)	(40.609)	(105.014)	(38.611)
Diferido	5.760	2.401	941	888
	(103.872)	(38.208)	(104.073)	(37.723)
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.03.2012		31.03.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	494.508	494.508	465.449	465.449
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio/direito de concessão	3.458	3.458	3.014	3.014
Gratificação e 13º de dirigentes	1.047	-	1.121	-
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	(3.995)	(3.362)	(4.493)	2.806
Outras diferenças permanentes	(2.118)	(1.913)	3.948	2.990
Base de cálculo	492.900	492.691	469.039	474.259
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(123.225)	(44.342)	(117.260)	(42.683)
Incentivos fiscais	3.260	-	606	-
Outros	(679)	-	795	47
Total no resultado	(120.644)	(44.342)	(115.859)	(42.636)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(123.072)	(45.543)	(118.944)	(43.721)
Diferido	2.428	1.201	3.085	1.085
	(120.644)	(44.342)	(115.859)	(42.636)

O incentivo fiscal corresponde à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração da operação da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra. Tal benefício foi concedido em função da Usina estar instalada na área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e sua vigência inicial é de 10 anos, contados a partir de 2006.

25. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	450.140	566.159	637.416	776.534
Mantidos até o vencimento				
Cauções e depósitos vinculados	33.747	32.159	35.177	129.490
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.660	960	7.661	5.274
Clientes	399.346	410.903	595.343	542.149
Alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Depósitos judiciais	105.647	104.059	107.430	105.832
Créditos com controladas	7.151	14.927	-	-
	1.084.577	1.216.053	1.469.913	1.646.165
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	188.987	219.640	266.972	234.336
Empréstimos e financiamentos	665.109	671.045	3.112.746	3.157.806
Debêntures	506.826	491.394	506.826	491.394
Concessões a pagar	848.070	828.373	1.290.403	1.265.952
	2.208.992	2.210.452	5.176.947	5.149.488

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram determinados com base nos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente a taxas de juros de mercado julgadas adequadas para operações com características semelhantes às existentes na Companhia.

Foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os seus valores justos somente nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorreram principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Os valores contábeis e justos dos referidos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Controladora (BRGAAP)			
	31.03.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	454.016	452.698	458.839	457.188
- Em moeda estrangeira	211.093	237.743	212.206	239.702
Debêntures	506.826	521.199	491.394	493.908
Concessões a pagar	848.070	1.323.279	828.373	1.227.435
	2.020.005	2.534.919	1.990.812	2.418.233

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.03.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.901.653	2.903.393	2.945.600	2.947.085
- Em moeda estrangeira	211.093	237.743	212.206	239.702
Debêntures	506.826	521.199	491.394	493.908
Concessões a pagar	1.290.403	1.934.771	1.265.952	1.811.391
	4.909.975	5.597.106	4.915.152	5.492.086

Mensuração do valor justo

As práticas contábeis definem o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Para o cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia utilizou as cotações de ativos ou de taxas de juros para o cálculo do valor presente no mercado ativo que, segundo as práticas contábeis, é definido como avaliação de Nível I.

c) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, a Companhia mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

c.1) Risco de mercado

A Companhia possui um comitê que gerencia esse risco, composto por um representante designado por cada uma das seguintes áreas: planejamento financeiro, regulação e mercado, planejamento da oferta de energia, finanças, comercialização, auditoria, implantação de projetos e produção de energia. A coordenação desse comitê é atribuição do Diretor de Planejamento e Controle.

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros instrumentos de risco.

No ano de 2011, a Companhia contratou uma operação de *swap* para se proteger integralmente do risco cambial e de fluxo de caixa de um empréstimo contratado em dólar norte americano. Essa operação foi considerada e está sendo apresentada como um único instrumento financeiro sintético.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no presente trimestre. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os relacionados às aplicações financeiras e às dívidas com taxas de juros, índices flutuantes e denominadas em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, e em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário-base provável para 31.03.2013 (período de doze meses) foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 31.03.2013 e as vigentes em 31.03.2012. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário previsto. Os impactos no resultado financeiro da Companhia, estimados para os próximos doze meses, decorrentes dessas variações estão demonstrados a seguir.

Risco de variação de juros e índices flutuantes:	Saldo 31.03.2012	Cenário provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.408.589	-	34.865	70.195
- CDI	437.735	(8.619)	9.212	18.277
- Dólar norte americano	109.796	(3.239)	23.400	50.039
- Euro	101.297	(2.687)	21.966	46.618
		(14.545)	89.443	185.129
Debêntures				
- TJLP	25.597	-	370	745
- IPCA	481.229	546	4.333	9.244
		546	4.703	9.989
Concessões a pagar				
- IGP-M	884.540	19.129	12.508	24.378
- IPCA	405.863	681	5.566	10.771
		19.810	18.074	35.149
	Variação anual 31.03.2012	Cenário provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
Variação dos índices:				
- TJLP	6,00%	6,00%	1,50 p.p.	3,00 p.p.
- CDI	11,39%	9,23%	2,31 p.p.	4,62 p.p.
- IPCA	5,24%	5,41%	1,35 p.p.	2,71 p.p.
- IGP-M	3,23%	5,33%	1,33 p.p.	2,67 p.p.
Variação das cotações cambiais:				
- Dólar norte americano	1,81	1,76	2,20	2,64
- Euro	2,42	2,35	2,94	3,53

As variações das taxas flutuantes *Libor 6 meses* e *Euribor*, referentes ao período de doze meses encerrados em março de 2012, foram de 0,73 p.p. e 1,37 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R\$ 67.401 (R\$ 38.958 líquido das garantias atreladas a *Libor*) e R\$ 101.297, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade acima.

c.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

c.3) Risco de crédito

Nos contratos de venda de energia de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Para minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras, e geradoras, assim como para os antigos contratos bilaterais com distribuidoras, a Companhia exige como garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Adicionalmente a Companhia revisa anualmente a análise de crédito de todos os seus clientes e avalia periodicamente sua exposição aos diversos setores da economia, buscando diversificar sua carteira e diminuir essa exposição ao risco específico setorial.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

A Companhia é avalista em diversos contratos com suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos e não detém nenhuma garantia para proteção contra esses riscos.

c.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados. A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

26. – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado:

a.1) Patrimoniais

31.03.2012	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Dividendos e JCP	Outros	Total
Itasa	2.321	12.674	-	14.995	6.264	-	161	6.425
CEE	18.960	10.547	-	29.507	-	-	-	-
Lages	1.816	-	-	1.816	-	-	-	-
TBLC	84.812	-	-	84.812	-	-	-	-
CESS	709	-	-	709	-	-	-	-
Ceste	1.179	-	-	1.179	-	-	-	-
Ibitiúva	20	-	7.151	7.171	-	-	-	-
GSELA	6	-	-	6	-	503.820	-	503.820
Outras	332	-	-	332	268	-	-	268
TOTAL	110.155	23.221	7.151	140.527	6.532	503.820	161	510.513
31.12.2011	116.341	7.946	6.981	131.268	49.524	148.344	132	198.000

a.2) Resultado

31.03.2012	Resultado							
	Receita operacional				Receita	Custo	Despesas	Resultado de participações societárias
	Suprimento de energia	Receita de serviços			Financeira	Compra de energia e combustível	Gerais e administrativas	
		Operação e manutenção	Administração	Total				
Itasa	-	3.356	-	3.356	-	34.187	-	
CEE	701	-	-	701	-	-	-	12.268
Lages	4.258	526	50	4.834	-	-	-	608
TBLC	283.036	-	101	283.137	-	-	-	13.722
CESS	1.557	262	55	1.874	-	-	-	5.482
Ceste	-	3.537	-	3.537	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	4.573
Outras	-	-	248	248	170	-	308	-
TOTAL	289.552	7.681	454	297.687	170	34.187	308	47.395
31.03.2011	283.712	6.474	370	290.556	-	31.975	1.107	30.343

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. . No balanço consolidado, as referidas transações são eliminadas na proporção das participações acionárias da Companhia no capital de cada controlada. Os detalhes das transações mais relevantes e os compromissos de competências futuras, portanto, não reconhecidos no balanço, estão a seguir demonstrados:

b) Compra e venda de energia

Controlada	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Compromisso Futuro (Base 31.03.2012)
Compra:				
Itasa	167	16.10.2030	IGP-M	2.314.839
Itasa	61	16.10.2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	492.423
Venda:				
TBLC	150	31.12.2015	IPCA	402.463
TBLC	190	31.12.2016	IPCA	645.810
TBLC	778	31.12.2012	IGPM	591.766
Lages	16	31.03.2017	Revisão anual de preço	83.673
CESS	5	22.04.2037	IPCA	162.673

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC, que compra energia da Companhia para atender os seus compromissos contratuais.

c) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro (base 31.03.2012)
Itasa	16.10.2030	IGP-M	206.692
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	203.721
CESS	15.10.2023	IGP-M	13.187
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	6.020

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

d) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os contratos têm prazo indeterminado e os valores contratados são reajustados anualmente pelo INPC. Os valores contratados tem como base em um percentual sobre a receita real ou prevista, esta para as empresas em fase pré-operacional. O valor anual contratado com suas controladas é de R\$ 1.816.

e) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.03.2012
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas diretas e indiretas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca e Ibitiúva	2.422.477
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower, de propriedade de sua controlada integral TBLP.	22.302
BRDE	Caução das quotas de participação na controlada Lages	2.858

f) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de determinadas controladas em operações de compra de energia no valor total de R\$ 12.764 e R\$ 60.313, respectivamente. No ano de 2012 vencem R\$ 67.035 e, até fevereiro de 2013, vencem as demais operações, no valor de R\$ 6.041.

g) Mútuo - Créditos com controladas

A Companhia possui um mútuo ativo com a controlada indireta Ibitiúva concedido para aplicação na construção da UTE Ibitiúva Bioenergética no período em que a controlada aguardava a liberação dos recursos pelo BNDES. Os valores vêm sendo recebidos à medida que o BNDES repassa os recursos para essa controlada. A remuneração do mútuo corresponde a 100% da taxa Selic. O saldo remanescente em 31.03.2012 é de R\$ 7.151 (R\$ 6.981 em 31.12.2011).

h) GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)

A Companhia possui os seguintes valores a pagar para sua controladora: (i) R\$ 148.344 referente aos juros sobre o capital próprio creditados em 31.12.2011 e; (ii) R\$ 355.476 referente a dividendos complementares aprovados na Assembleia Geral Ordinária do dia 21.03.2012.

i) Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria (pós-emprego). Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Honorários e benefícios de curto prazo	2.192	2.051	2.341	2.217
Bônus dos administradores e encargos	1.031	1.043	1.031	1.043
Benefícios pós-emprego	156	146	156	146
Encargos sociais	564	445	594	478
	3.943	3.685	4.122	3.884

27. – SEGUROS

A Companhia possui, em 31.03.2012, apólices de seguros abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de R\$ 9.567.408 na controladora e de R\$ 13.409.114 no consolidado, e para lucro cessante de R\$ 628.339 na controladora e de R\$ 821.446 no consolidado. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes na controladora é de R\$ 553.000, por evento.

Além desses seguros, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura no valor de R\$ 90.000.

O Consórcio Estreito Energia possui seguro de risco de engenharia para as unidades que ainda não entraram em operação comercial com valores declarados para danos materiais de R\$ 3.236.120 e perda de lucros esperados de R\$ 591.204. A participação da Companhia nessas coberturas corresponde à R\$ 1.296.713 e R\$ 236.895, respectivamente, equivalente à sua participação no Consórcio.

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

28. – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes contratos de longo prazo, cujas informações estão divulgadas de forma mais ampla nas demonstrações contábeis de 31.12.2011. Não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no presente trimestre.

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica;
- Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reductions* (CER)
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD); Compra de gás natural;
- Operações de arrendamentos mercantil; e
- Contratos de construção em andamento.

29. – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	835.477	828.804	906.997	788.626
Fornecimento de energia elétrica	47.394	71.807	340.136	338.201
Transações no âmbito da CCEE	29.889	15.327	38.538	17.852
Exportação de energia elétrica	-	1.066	-	1.066
Outras receitas	8.112	7.527	4.815	4.130
	920.872	924.531	1.290.486	1.149.875
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(74.743)	(74.218)	(108.596)	(94.241)
ICMS	(4.783)	(11.156)	(19.101)	(24.631)
ISS	(307)	(360)	(307)	(360)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.349)	(7.735)	(9.015)	(8.514)
	(87.182)	(93.469)	(137.019)	(127.746)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	833.690	831.062	1.153.467	1.022.129

30. – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Durante os trimestres findos em 31.03.2012 e 31.03.2011 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Compensação de imposto de renda e contribuição social	-	-	359	298
Fornecedores de ativo imobilizado	4.979	-	7.032	5.538
Juros sobre financiamentos e concessões capitalizados	-	-	14.670	30.261
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	517.342	158.270	517.342	158.270
Dividendos propostos a receber de controladas	10.547	424	-	-

31. – EVENTOS SUBSEQUENTES

Elevação dos Ratings da Companhia

Em 27.04.2012 a agência classificadora de risco Fitch Ratings (Fitch) elevou o *Rating* Internacional da Companhia de “BBB-” para “BBB”, bem como o *Rating* Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures de “AA+(bra)” para “AAA(bra)”, ambos com perspectiva estável.

Essa revisão foi motivada pelos seguintes destaques, expostos no documento elaborado pela agência: (i) elevada e previsível geração operacional de caixa; (ii) sólido fluxo de caixa livre, apesar dos elevados dividendos; (iii) permanência de sólidos indicadores de crédito; (iv) perfil de crédito beneficiado por contratos de venda de energia de longo prazo; (v) forte posição de liquidez e flexibilidade financeira; e (vi) ambicioso plano de investimentos; Riscos de projeto parcialmente mitigados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Philip Gotsall Cox
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de
Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Identificação das projeções

a. Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item “d” abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção.

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2011 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2012, 2013 e 2014:

Valores em R\$ milhões	Previsão para os próximos 3 anos: divulgadas durante o 4º trimestre de 2011 na DFP		
	2012	2013	2014
Descrição / Período da projeção			
Financiados com dívida	369	-	-
Financiados com capital próprio	486	605	186
Total	855	605	186

No presente trimestre essas projeções foram revistas e as projeções vigentes passaram a ser as seguintes:

Valores em R\$ milhões	Previsão para os próximos 3 anos: divulgadas durante o 1º trimestre de 2012		
	2012	2013	2014
Descrição / Período da projeção			
Financiados com dívida	299	225	-
Financiados com capital próprio	360	651	206
Total	659	876	206

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

As alterações nas projeções anteriormente divulgadas decorreram, principalmente, dos seguintes fatores: (i) postergação para 2013 de parte do investimento previsto para a construção dos novos parques eólicos na Região Nordeste (Porto do Delta e Projeto Trairí); (ii) mudança na alocação de investimentos no programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes; e (iii) incremento da previsão de obtenção de recursos provenientes de financiamento para a construção dos parques eólicos do Projeto Trairí.

Investimentos realizados até o 1º trimestre de 2012:

Até o 1º trimestre de 2012 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 64 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Parques Eólicos) e R\$ 36 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes. Todos esses investimentos foram realizados com capital próprio.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia Entenda ser Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias comparativas

As informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas informações trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados do trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 7 de fevereiro de 2011, e relatório de revisão datado de 27 de abril de 2011, sem modificações.

Florianópolis, 04 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo